

A EDUCAÇÃO COMO TRANSIÇÃO ENTRE O TRABALHO MANUAL E O TRABALHO INTELECTUAL NO BRASIL NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI

Wellington João da Silva¹

Resumo: Este artigo² tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o papel da educação como ferramenta de transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual da classe trabalhadora brasileira neste início de século XXI, cuja característica fundamental é uma contradição em sua essência (FERREIRA, 2018; FREITAS, 2018; FRIGOTTO, 2018; NOVAES, 2018; PALUDETO, 2018; REBUÁ 2017), pois apesar de sua definição progressista, é no fundo, reproduzidor da lógica econômica neoliberal.

Palavras-chave: educação como ferramenta de transição, trabalho manual, trabalho intelectual, neoliberalismo.

1 Licenciado em História pela Faculdade Sumaré. Pós-Graduando em Sociologia Política pela Faculdade Unyleya. Pós-graduando em Educação Profissional Integrada a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Professor de História na Rede Estadual do Estado De São Paulo.

2 Este trabalho foi elaborado como requisito obrigatório, para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento: Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à Luz dos Clássicos do Materialismo Crítico, realizado em uma parceria composta por: (UNESP – IBEC – GPOD), 8ª edição, São Paulo 2018-2019. O mesmo sofreu correções, reorganização e complementação para a participação no XI Congresso de História Econômica da USP – 2020.

1. Introdução

A educação brasileira – sobretudo o Ensino Superior – tem passado por um processo de expansão neste início do século XXI, jamais visto em toda a nossa história. É diante deste fato, de suma relevância, o presente trabalho se propõe a analisar o papel que a educação vem desempenhando na formação da classe trabalhadora brasileira.

Nossa análise encontra-se fundamentada a partir de um denso levantamento bibliográfico, e tem por objetivo tentar compreender a formação do trabalhador brasileiro no contexto de ampla expansão de oferta da educação superior e, ao mesmo tempo, em que o sistema capitalista se radicaliza em sua fase neoliberal se contrapondo ao fenômeno de governos chamados de progressistas tanto no Brasil como em vários países latino-americanos.

Na primeira parte do trabalho, analisaremos as contradições da educação brasileira em um cenário que não deixa de ser extremamente contraditório do ponto de vista político, econômico e social, que foi denominado por Rebuá (2017) de “social-liberalismo”.

Já na segunda parte do trabalho, nossa atenção está destinada a análise e compreensão do que estamos chamando de “liberalismo e progressismo brasileiro”. Apoiando-se em: Paulani (1999), Rebuá (2017) e Almeida e Furtado (2017), buscamos compreender esta peculiaridade brasileira, mas não só, a partir de uma retrospectiva histórica do neoliberalismo.

Na terceira parte, o foco está centrado na questão do trabalho e na formação do trabalhador no contexto da educação-mercadoria. Contribuem para nossa análise, reflexão, questionamentos e apontamentos: Marx (1993), Ferreira (2018), Paro (2018) e Frigotto (2018).

Na quarta parte do nosso estudo, concentramos nossa análise nas contradições que a expansão do ensino superior brasileiro vem apresentando, e nas imposições que implicam, diretamente, na formação do trabalhador brasileiro. Nesta parte, contamos com as contribuições de Minto (2014). Silva (2016) Freitas (2017) e Tonegutti (2017).

Concluimos nosso trabalho apresentando uma reflexão sobre o caminho adotado pelo Estado brasileiro para o projeto de expansão, democratização, e acesso à educação. Assim como, às consequências para a formação intelectual e humana do trabalhador.

As contradições da educação brasileira no cenário de progressismo-neoliberal

O século XXI traz consigo a consolidação da nova fase histórica do sistema capitalista, que, apesar da existência de algumas resistências e tentativas de experiências não capi-

talistas, se tornou o modelo hegemônico, cuja sua aparência na concretude do atual momento histórico é o neoliberalismo.

Assim, nesta nova fase do capitalismo, o que se verifica em relação aos projetos de educação das massas é que “a pedagogia mais importante do século XXI passa a ser a pedagogia da deseducação”, conforme Novaes (2018, p. 51). Ainda segundo Novaes (2018, p. 51), a “pedagogia da deseducação” é um projeto educacional, presente em todos os países que compõem o sistema capitalista, e a sua efetivação consiste de forma mais abrangente, “[...] principalmente nos chamados países de capitalismo dependente e periférico”.

O resultado da “pedagogia da deseducação” fica evidente na afirmação de Frigotto (2018), ao dizer que “[...] em pleno século XXI, o Brasil, como sétima economia mundial em produção de riqueza, mantém [...] mais de 13 milhões de analfabetos absolutos” (FRIGOTTO apud PALUDETO, 2018, p. 229).

Diante do contexto educacional vivido pela população brasileira neste início de século, Novaes (2018) sugere que, “[...] ao que tudo indica as classes proprietárias dos meios de produção e seus gestores abandonaram qualquer projeto minimamente civilizatório e republicano, deixando as massas no submundo da deseducação” (NOVAES, 2018, p. 51).

Nesta mesma linha de análise da educação brasileira no século XXI, Paludeto afirma que “[...] estamos diante de um cenário que tem negado o direito a educação básica à maioria da população brasileira” (PALUDETO, 2018, p. 230). Fato este que não é difícil de constatar a olhos nus por aqueles que costumam viajar pelo país.

Para Ferreira (2018), estamos vivendo em um mundo no qual o cenário pode ser sintetizado em três características principais: (a.) a falência do modelo de *welfare state*; (b.) a derrota do chamado “socialismo real”; (c.) a globalização. Desta maneira, o século XXI consolidou a adaptação do sistema capitalista às sociedades de massa e a necessidade do mesmo continuar acumulando riquezas, além do controle hegemônico dessas sociedades. Neste novo formato do sistema capitalista, que em seu processo histórico, originou-se na década de 1970 e ficou conhecido como neoliberalismo, tem sua fundamentação existencial nos três fatos históricos apontados acima.

Ao analisar a realidade concreta do século XXI e das transformações provocadas e, impostas pelo neoliberalismo, principalmente aos países chamados de dependentes e periféricos dentro da lógica capitalista, Novaes afirma que:

O sociometabolismo do capital só está produzindo barbárie. Estamos vivendo a era da barbárie, era da destruição, caracterizada por uma regressão histórica profunda. Nunca antes na história da humanidade a precarização do trabalho, a multiplicação de desastres ambientais, a fome e miséria, e o analfabetismo funcional atingiram o nível atual (NOVAES, 2018, p. 59).

É nesta realidade cruel e desumana, imposta pelo neoliberalismo que se encontra o trabalhador brasileiro. Ferreira (2018), buscando explicar a “era da barbárie”³, argumenta que:

[...] o sistema do capital que sempre necessitou de massas incultas para explorá-las, seja na alienação mecânica das linhas de produção, seja na ampliação dos contingentes de bóias-frias no campo, passa a não ter mais função produtiva, para grande parte desses contingentes e, conseqüentemente não sabe o que fazer com eles. Ao mesmo tempo, precisa responder, por questão de sobrevivência, as demandas sociais e às conseqüências nefastas da exclusão. (FERREIRA, 2018, p. 123).

Desta forma, ficam evidentes as contradições e a irracionalidade política, econômica e social, do neoliberalismo, o que provoca, segundo Ferreira (2018, p. 126), uma situação de falta de escolha para o sistema, levando-o a trabalhar no fio da navalha, assim, sendo obrigado a assumir bandeiras que, ao serem radicalizadas pelos trabalhadores, no sentido marxista, pode explicitar contradições antagônicas, provocando por parte dos trabalhadores uma negação do sistema hegemônico.

Neste sentido, Novaes (2018) ao falar sobre o “capitalismo real”, que no nosso atual momento se apresenta em sua fase neoliberal, argumenta que este sistema “[...] nos mostra todos os dias que a sociedade comandada pelo capital é irracional” (NOVAES, 2018, p. 60). Este é o mesmo sistema que ao priorizar o lucro, produz todas as mazelas de nossa sociedade.

Ao analisarmos as políticas neoliberais aplicadas a educação, não é difícil notar que tais políticas têm por objetivo, uma nova fase de acumulação de capital. Segundo Freitas (2014):

[...] um país que pague renda média menor aos seus trabalhadores pode produzir bens e serviços mais baratos e permitir maiores lucros aos empresários: melhora a competitividade. Sem educação de “qualidade” não se amplia o número de formandos e com poucos formandos o salário médio sobe ao invés de descer. Lei da oferta e procura, (FREITAS, 2014, p. 62 apud PALUDETO, 2018, p. 321).

Verifica-se, assim, o avanço das políticas neoliberais adentrando de forma desenfreada no campo da educação brasileira, mas também, em todos os espaços públicos, ditando e encaminhando às formulações da formação da juventude brasileira (PALUDETO, 2018, p. 230).

3 Esta formulação é apresentada por Henrique Tahan Novaes (2018), no artigo intitulado “Fundamentos da Escola do Trabalho Emancipado: a contribuição dos pedagogos soviéticos”.

O cenário educacional brasileiro encontra-se em uma situação tão dramática que nas palavras de Paludeto (2018, p. 229), “[...] é estarrecedor que apenas no ano de 2016, o ensino médio se tornou obrigatório no Brasil. É ainda mais absurdo o fato de que a universalização do acesso ao ensino fundamental foi sequer alcançada”.

A realidade da educação no Brasil é tão precária, que a única expectativa que se apresenta é uma ampliação sucateada, com um discurso nitidamente enviesado sobre qualidade, que tem como objetivo, o desenvolvimento de habilidades e competências (que são mínimas), fortemente aliadas a setores privados. O que se busca é a redução dos gastos com educação pública e a consequência disso é a diminuição da qualidade dos egressos, o que acarreta por sua vez, um número reduzido de formandos com as qualificações necessárias para ocuparem os postos de trabalhos específicos. Desta forma, justifica-se a baixa remuneração da força de trabalho (PALUDETO, 2018, p. 231).

É importante ressaltar que, ao analisarmos a educação como transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual no Brasil neoliberal do século XXI, não estamos renegando, nem descartando os avanços significativos no campo da educação, proporcionados e implementados, pelos governos, intitulados progressistas, de Lula da Silva e Dilma Rousseff⁴. Deste modo, não entraremos nos méritos dos governos petistas, uma vez que, nossa análise está centrada na superação da alienação do trabalhador a uma nova fase, ou seja, sendo constituído como um ser pensante e reflexivo do seu papel na sociedade e o papel da educação neste processo de transição.

Nesta perspectiva, é indispensável deixar transparecer as contradições e os limites do progressismo em seus governos, e as consequências acarretadas por essas contradições e limites para a transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Diante do cenário exposto sobre o quadro da educação no Brasil hodierno, fica a seguinte pergunta: é possível fazer a transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual no Brasil neoliberal do século XXI?

O neoliberalismo e o progressismo brasileiro

Para compreensão do cenário educacional, sob o qual o Brasil encontra-se neste início de século XXI, é fundamental a compreensão do neoliberalismo e do que se convencionou chamar de “progressismo brasileiro” que dialoga com uma onda progressista latino-americana utilizando-se de uma mudança de olhar de interesse dos Estados Unidos que, no período estudado, encontra-se direcionado para o Oriente Médio.

Segundo Paulani (1999), o neoliberalismo é um conceito, cuja, sua compreensão só pode ser alcançada de maneira correta, se conseguimos entender a natureza do individua-

4 No nosso entendimento, não houve governo no período do mandato ao qual a presidenta ocupou o cargo antes do golpe de 2016, pois desde o final da eleição em 2014, ocorreu uma intensa mobilização no parlamento, no judiciário, na mídia, e entre a burguesia, que impossibilitou a governança neste período.

lismo, pois é o individualismo, a base do neoliberalismo. E este, encontra-se diretamente ligado ao liberalismo, que é uma doutrina social e, que em seu surgimento é fundamentalmente filosófico e político (PAULANI, 1999, p. 116).

Paulani (1999) nos apresenta três pontos-chaves para compreender a relação entre o liberalismo filosófico e político, com o liberalismo econômico. São eles: (a.) a associação entre o liberalismo e a propriedade privada; (b.) a proximidade do conceito com a ideia de igualdade (pelo menos no plano jurídico, igualdade implica liberdade e vice-versa) e, Rousseau se apresenta como o principal defensor dessa ideia; (c.) a escola utilitarista, que surge na Inglaterra, e tem como seu principal representante Bentham, que defende a transformação da ética, em uma ciência positiva do comportamento humano (PAULANI, 1999, p. 116-117).

De acordo com Paulani (1999), adotando uma cronologia histórica, podemos determinar o surgimento do neoliberalismo a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Segundo Perry Anderson, também é possível afirmar que o pensamento neoliberal foi uma forte reação teórica e política contra o estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995 apud PAULANI, 1999, p. 119). Ele foi protagonizado por Hayek, que defendia a ideia de que toda limitação dos mecanismos do mercado pelo Estado é uma ameaça mortal tanto a liberdade econômica, quanto a própria liberdade (PAULANI, 1999, p. 119-120).

Dentro desta perspectiva histórica, Paulani (1999) define o neoliberalismo como uma versão moderna do liberalismo, cuja peça-chave para o seu surgimento foi a defesa do *laissez-faire*. Ainda segundo a mesma autora, existem duas diferenças fundamentais para distinguir o neoliberalismo do liberalismo original. A primeira questão é que menos do que uma doutrina social, o neoliberalismo fica constrangido a se apresentar fundamentalmente como uma receita de política econômica (abertura, estado mínimo, desregulamentação, etc.). Desprezando assim, alguns dos nobres valores universais que primeiramente lhe deram origem (PAULANI, 1999, p. 120).

Vale ressaltar, que esta mensagem neoliberal, devido ao contexto histórico, ficou confinada por mais de vinte anos e, somente, ganhou força com a crise que se desenvolveu a partir dos anos 1970. Já a segunda diferença é uma suposta demonstração de uma superioridade histórica do mercado. Dentro desta perspectiva ideológica, o neoliberalismo acaba por exigir uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo, em obediência a uma dada visão de mundo, mais por uma questão de respeito às coisas como elas são (PAULANI, 1999, p. 121).

É imprescindível alertarmos que ao usarmos o termo “neoliberalismo” na definição proposta acima, não estamos ao mesmo tempo, definindo os governos do Partido dos Trabalhadores – que ocupou quase todo o período em análise – como governos neoliberais. Estamos denominando este período de neoliberal devido ao fato contraditório, no qual, mesmo o Brasil estando boa parte deste período sob governos “progressistas”, é um país

capitalista, subordinado a este mesmo sistema, e situado em uma posição de economia dependente, periférica e servil, em um contexto capitalista, cuja sua face é, o neoliberalismo.

Almeida e Furtado (2017), utilizando-se do conceito de hegemonia, definido por Gramsci (2000), declaram que, “[...] a chegada do PT ao governo não teve um sentido contra-hegemônico. Ao contrário, houve um processo de reforço da hegemonia política burguesa no Brasil” (ALMEIDA; FURTADO, 2017, p. 10). Desta forma, o chamado progressismo do governo do Partido dos Trabalhadores não rompeu com as políticas neoliberais, mas, pelo contrário, apenas aprofundou-as. No entanto, não abriu mão de proporcionar uma certa melhora de condição de vida para as classes subalternas.

Rebuá (2017), ao se referir aos governos ditos progressistas na América Latina neste início de século XXI, chama nossa atenção ao afirmar que, estes mesmos governos chamados de “progressistas”, por adotarem uma política e um programa crítico ao neoliberalismo, “não romperam decisivamente com tais políticas, adotando um “[...] social-liberalismo onde o Brasil é o grande exemplo” (REBUÁ, 2017, p. 109)⁵.

É diante deste contexto de desenvolvimento neoliberal no qual, o Brasil está inserido neste início do século XXI, que estamos analisando o papel da educação na formação do trabalhador brasileiro.

Trabalho e formação no contexto da educação-mercadoria

Nesta parte do trabalho nosso objetivo é desenvolver uma reflexão dialógica entre o trabalho e a formação intelectual da classe trabalhadora no contexto da educação-mercadoria em que o Brasil se encontra inserido no início do século XXI.

O mundo do trabalho no século XXI apresentou-se, para os trabalhadores de todo o mundo com profundas transformações, porém de formas mais drásticas nos países de economias dependentes e periféricas. Estas transformações, em si mesmas, estão em contínuo processo de mutação que exige cada vez mais uma subordinação do trabalhador as novas formas de condições de trabalhos impostas pelo que já se convencionou chamar no campo das ciências humanas de “desemprego estrutural”.

Diante da realidade concreta, provocada pelo desenvolvimento desenfreado da tecnologia e da aplicação desta ao setor produtivo, além de um desenvolvimento econômico proporcionado por um período de crescimento da economia mundial, aliada a uma articulação política dos chamados “países em desenvolvimento”, o Brasil se mostrou para a população brasileira, em relação ao período anterior, como um país de oportunidades. Como em poucos momentos da história nacional, o Brasil se mostrava para o conjunto de sua população, como um país onde existe uma possibilidade concreta de um futuro melhor para

⁵ Esta designação é utilizada por Rebuá (2017, p. 109) na nota 10 de seu artigo intitulado “A Educação Disputada: democracia e sentidos do público no Brasil hodierno – entre o empresarialmente e o (neo)conservadorismo”.

todos. Segundo Ferreira (2018, p. 129), este cenário provoca uma corrida a formação superior, e como consequência desta, uma proliferação de faculdades de baixa qualidade.

Estamos agora diante da questão central deste estudo. Trata-se da busca e necessidade de formação do trabalhador brasileiro, ao mesmo tempo, em que, esta formação, é transformada em mercadoria pelas políticas neoliberais.

É importante lembrar que, ao falarmos de formação, nas palavras de Marx, estamos falando de “[...] uma educação que desenvolva todas as dimensões e os sentidos humanos” (MARX apud FRIGOTTO, 2018, p. 19). Portanto, a educação quando está relacionada apenas aos objetivos de desenvolvimento dos conhecimentos voltados a aplicação no mercado de trabalho, não cumpre com o seu papel de formação. Neste sentido, a educação que está sendo oferecida a classe trabalhadora brasileira e aos seus filhos, no contexto atual, é uma educação que atende apenas aos interesses do capital.

Ferreira (2018), ao falar sobre projeto de educação salienta que, “qualquer projeto educacional, de forma implícita ou explícita, traz no seu substrato um projeto de sociedade, seja para manter o que existe, seja para construir um mundo novo” (FERREIRA, 2018, p. 137). Ora, se todo projeto educacional traz em suas entranhas um projeto de sociedade, e diante do exposto até o momento, as evidências de que o projeto educacional existente no Brasil hodierno tem por objetivo, os interesses do capital, a transição da qual estamos falando, seria a superação deste projeto atual, para um, no qual o objetivo e os interesses fossem de alto libertação, de criação de consciência, e de desenvolvimento dos potenciais humanos da classe trabalhadora.

Marx ao apresentar uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores, defende que ela precisa ter uma base teórica e prática, e ao mesmo tempo ser profissional, (MARX apud FRIGOTTO, 2018, p. 19). Ainda segundo o mesmo autor esta educação tem por objetivo no plano teórico a, “[...] defesa do caráter científico da escola, fundamento para entender como funciona o mundo da natureza e da sociedade humana” (MARX apud FRIGOTTO, 2018, p. 19). Assim, o papel da educação, deveria ser o de proporcionar ao formando, os elementos necessários para a compreensão do processo histórico de desenvolvimento dos meios de sobrevivência humana e, de como a humanidade se relaciona em suas especificidades territoriais que compõem as diversas sociedades existentes (FRIGOTTO, 2018, p. 19).

Se a educação cumpre, ou deveria cumprir um papel de transformação radical, do trabalhador em relação à compreensão do mundo no qual está inserido, e as relações sociais existentes na sociedade; o que é o trabalho? Logo, questiona-se: qual seria o seu papel?

Segundo Marx, o trabalho é “[...] uma condição de existência do homem, independentes de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Marx, 1993, p. 50 apud Paro 2018, p. 64). Ora, se o homem e o trabalho são inerentes, como Marx deixa explícito,

como é possível que o trabalho esteja sendo utilizado como ferramenta de alienação do trabalhador, e a formação que deveria emancipar o trabalhador do trabalho alienado, tenha sido capturada e transformada em uma mercadoria cujo seus consumidores, são os próprios trabalhadores e, cujo a essência de tal mercadoria, é no fundo o contrário de sua função antes de se tornar mercadoria?

Paro (2018), afirma que, “[...] o trabalho como realização histórica do homem é uma atividade (adequada a um fim) e não há vantagem nenhuma em considerá-lo material ou imaterial” (PARO, 2018, p. 65). Isto não quer dizer que devemos negar a existência do trabalho manual e do trabalho intelectual. Mas segundo o mesmo autor, é preciso levar em conta que ambos são inseparáveis e que não se deve valorizar um em detrimento do outro (PARO, 2018, p. 66).

A educação como ferramenta de transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, tem como fonte de reflexão a análise feita por Paro (2018), pois a transição ou superação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, não está relacionada à valorização de um em detrimento do outro. Todavia, relaciona-se, com o desenvolvimento do potencial intelectual dos trabalhadores, que ao transitar do trabalho manual para o trabalho intelectual, produz na sua prática de produtor de atividades que constitui a sua existência e essência como ser humano, segundo a definição de trabalho dada por Marx, em um novo paradigma relacionado à sua vida de trabalhador, e a sua existência humana em relacionamento com a sociedade e sua estrutura social, política, econômica e cultural.

Diante da condição de irracionalidade, propagada e promovida pelo pensamento pós-moderno e, pelos elaborados discursos desenvolvidos e disseminados pelos pensadores do empreendedorismo (que no fundo, não passa, de uma construção ideológica do neoliberalismo, com o objetivo de conquistar as mentes dos trabalhadores, evitando assim, uma resistência por parte deles, as políticas neoliberais), tornar-se quase que obrigatório, a necessidade de explicar que ao falarmos de trabalho, estamos falando de um conceito, e que este conceito ao ser desenvolvido por Marx, é transformado em uma categoria.

Ao apresentar o trabalho como uma categoria, Paro (2018) elenca que não é possível falar de trabalho sem deixar claro que este, é composto por um conjunto de elementos que estão presentes em todo o trabalho humano. Um deles é os “meios de produção”, que corresponde a tudo o que o homem utiliza no processo de realização do seu trabalho. Temos também à “força de trabalho” como mais um dos elementos presente no trabalho, este elemento corresponde à energia que todo ser humano despende, seja espiritual ou física no processo do trabalho (PARO, 2018, p. 68).

Paro (2018) ainda nos chama a atenção ao fato de que, os meios de produção encontram-se dividido em objetos de trabalho e instrumentos de trabalho. O primeiro se refere a tudo o que é transformado durante o processo, e é incorporado no produto final. Enquanto o segundo trata-se de todo o elemento que se interpõe entre o trabalhador e o objeto do

trabalho, e é utilizado pelo trabalhador para transformar o objeto do trabalho (PARO, 2018, p. 68).

A partir da definição da categoria trabalho, relacionando-a com o contexto brasileiro, no qual a atualidade perversa e contraditoriamente sônica, onde a realidade é negada, e o sentido das coisas se desfaz deixando uma sensação de que estamos vivendo em um mundo que não tem fixidez. Paro (2018), pensando no trabalhador e na condição do trabalhador como vendedor de força de trabalho nesta realidade nauseante, nos fala o seguinte:

[...] é preciso deixar muito clara a distinção entre trabalhador e força de trabalho, que da perspectiva dos interesses do capital, são permanentemente identificados como sendo a mesma coisa. Essa confusão precisa ser evitada porque tira do trabalhador sua condição de produtor, de realizador. Como se fosse o capital, e não o trabalhador, o autor da riqueza na sociedade capitalista. Como se não fosse pelo esforço de quem derrama o seu suor no dia a dia de trabalho, mas por uma mágica do capital que explora a força de trabalho, que existe tudo o que tem valor e que está disponível para usufruto das pessoas. Daí o caráter enganoso e mistificador da ideologia burguesa (impregnada em sua teoria econômica), que toma os trabalhadores como recursos humanos ou como mero “fator de produção”. Corretamente expresso, o trabalhador (sujeito), utiliza sua força de trabalho (sua condição subjetiva) para realizar o trabalho. Ele não é, pois, um de seus elementos, mas quem utiliza esses elementos para que o trabalho se dê e o produto se faça (PARO, 2018, p. 68-69).

Desta forma, a luta é diária e contínua para a constituição e consolidação do trabalhador em sua condição e em sua essência. Ou seja, é necessário que todo aquele que precisa vender sua força de trabalho consiga se aperceber como o sujeito do processo, e que, é a sua condição de não detentor dos meios de produção que o tornar obrigado a vender a sua força de trabalho para só assim poder garantir a sua sobrevivência. Isto significa que uma luta precisa ser travada cotidianamente, pois o interesse do capital, que em nenhum momento é o mesmo do trabalhador, tenta por todas as formas e com todos os mecanismos, fazer com que o trabalhador incorpore como sendo seus, os interesses que na sociedade capitalista, está diretamente ligada ao capital e aos donos dos meios de produção, sejam estes, o objeto do trabalho ou os instrumentos do trabalho.

É neste sentido, e diante desta luta, que a educação tem como papel, e obrigação, no processo de formação da classe trabalhadora fazer a transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Esta transição implica na superação da barbárie em que estamos inseridos. Ou seja, a educação, tem a função histórica, política, social, econômica e cultural de transformação radical, que ao ser aplicada a classe trabalhadora, poderia nos conduzir a uma revolução civilizatória.

Diante de tal potencial existencial e condicionado a educação, como explicar o retrocesso na constituição do pensamento e do desenvolvimento humano na sociedade brasileira no atual momento histórico, levando-se em conta a elevada expansão da formação em nível superior no Brasil, implementada e incentivada pelo Estado brasileiro nos doze anos de governo do Partido dos Trabalhadores?

Para tentar responder a esta questão, é preciso adentrar no projeto de governo implementado no Brasil pelos governos ditos “progressistas”, e que se apresentavam como governos de “esquerda”. O fato é que, o projeto político e econômico dos governos do Partido dos Trabalhadores, principalmente no que diz respeito à educação, e em decorrência de não ter rompido com o neoliberalismo, levou a uma expansão do ensino superior capturada pelo capital neoliberal. Segundo Paro (2018) “[...] o capital é a forma social assumida pelo dinheiro que compra meios de produção e força de trabalho com o objetivo de expandir-se pela apropriação do valor excedente, produzido a partir da associação desses dois tipos de mercadorias” (PARO, 2018, p. 75).

As contradições da expansão do ensino superior brasileiro

A contradição da expansão do ensino superior, capturada pelo capital neoliberal, em um período de governos “progressistas”, resultou na expansão das universidades públicas, gratuita e de qualidade e principalmente a uma maior democratização do acesso a estas, pelo conjunto da população – pelo menos nos cursos que não estão na lista dos mais desejados pelas camadas sociais mais capitaneadas -, ao mesmo tempo em que projetava e estruturava a educação como uma mercadoria entregue ao setor privado. A consequência desse caminho percorrido foi a consolidação de uma educação superior dualista.

Ao abordar a questão da dualidade na educação, Frigotto (2018) aponta que a dualidade na educação desenvolveu-se até mesmo nas sociedades que alcançaram alto grau de democratização da educação. Essa dualidade educacional, segundo o mesmo autor tem por objetivo, oferecer uma formação de ponta em todos os sentidos, para aqueles que irão ocupar os cargos mais prestigiados e que produzirão conhecimentos; ao mesmo tempo em que oferece uma educação mais restrita, para os que irão ocupar os trabalhos manuais e de execução (FRIGOTTO, 2018, p.17).

Diante do fato exposto, não há como negar, a educação não só, é o elemento principal para a revolução humana e civilizatória, como também, ao ser, controlada por um grupo, tornar-se o elemento fundamental para manutenção das sociedades de classes. Frigotto (2018), ao continuar sua análise a respeito da educação dualista elenca que, “[...] somente mediante lutas permanentes das organizações da classe trabalhadora permitiram-se avanços no direito a escola pública, sem, contudo, poder romper o caráter dualista” (FRIGOTTO, 2018, p. 17).

A dualidade inquestionável no projeto de expansão do ensino superior no Brasil neste início de século deixa evidente que, é um projeto educacional que tem por objetivo a garantia de manutenção dos interesses das classes dominantes. Partindo deste pressuposto, apesar da classe trabalhadora ter obtidos alguns avanços políticos, econômicos e até mesmo sociais, estes se devem ao cenário de crescimento da economia mundial e de algumas políticas públicas de redistribuição de renda, como aponta Almeida e Furtado (2017, p. 10).

Freitas (2017) ao analisar a expansão do ensino superior privado, afirma que:

[...] o ensino superior privado cumpre duas funções de extrema importância no cenário de ajustes estruturais e no processo de transformação de todos os setores sociais em mercadorias. O ensino privado tanto assegura o status quo da ideologia neoliberal como ideário absoluto, garantindo com isso a segurança internacional, como também aprofunda a proliferação das instituições de ensino superior privado. (FREITAS, 2017, p. 35)

Em outras palavras, o ensino superior privado é a chave mestra do projeto neoliberal, que tem, por objetivo, a conquista e a transformação de todos os espaços sociais, políticos, econômicos e culturais em mercadorias que gerem lucros ao capital.

A educação de nível superior brasileira transformada em mercadoria, segundo Freitas (2017), se apresenta com:

[...] a dupla função que o setor privado de ensino superior cumpre, em consonância com o projeto neoliberal, é uma tentativa de se instaurar a lógica privatista como absoluta no pensamento social, fazendo uma defesa de forma categórica da esfera privada como a única forma funcional de desenvolver o ensino superior nos países periféricos (FREITAS, 2017, p. 35).

A partir da afirmação de Freitas apresentada acima, o reconhecimento do Brasil como, o país que entre os países periféricos, tem o potencial de conduzir, ou servir de exemplo para todos os países de economia dependente e periférica. Como sintoma, a perversidade e a tragicidade do chamado “progressismo” brasileiro, neste início de século, é que no fundo, o seu projeto político para a expansão do ensino superior, proporcionou e consolidou o projeto político, econômico, social, e cultural do neoliberalismo para os chamados países periféricos.

A consonância do “progressismo brasileiro” com a lógica neoliberal no que se refere à educação fica evidente nos programas de incentivos para o mercado privado do setor

educacional. Segundo Tonegutti (2017), entre os estímulos oferecidos ao setor privado do Ensino Superior, fornecido através de políticas públicas, podem-se destacar dois: o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

A contradição do que estamos chamando de “progressismo neoliberal brasileiro”, se apresenta na privatização do ensino superior, sem que tenha ocorrido a privatização das instituições de ensino superior públicas⁶. Segundo Minto (2014): “[...] a privatização não se deve apenas à não capacidade de atendimento do setor público, ou a falta de financiamento, mas sim, a uma política deliberada do Estado brasileiro” (MINTO, 2014, apud TONEGUTTI, 2017, p. 129).

Temos como resultado da privatização (sem privatização) do ensino superior no Brasil, o seguinte painel apontado por Tonegutti (2017):

[...] as matrículas nos cursos de graduação privados saem de um patamar de 950 mil em 1990 para chegarem a um patamar de 4,8 milhões (um aumento de cinco vezes), enquanto as matrículas públicas saem de um patamar de 579 mil em 1990 e em 2015 chegam a 1,8 milhões (um aumento de cerca de três vezes) (TONEGUTTI, 2017, p. 129).

Esta diferença em relação ao crescimento das matrículas no ensino superior entre o setor privado e o público, mostra de forma irrefutável um processo de privatização do ensino superior no Brasil. No entanto, esta privatização ocorre no sentido da constituição de uma educação dualista, que sempre existiu no Brasil, mas que estava orientada para a educação básica, contudo, buscando-se atender aos anseios neoliberais, foi reorientada para ocupar também o ensino superior.

É interessante notar, o papel que o ensino superior tem ou deve ter nos países ricos e nos periféricos. Freitas (2017), ao estudar as orientações do Banco Mundial sobre educação, diz o seguinte: “[...] podemos observar um peso e duas medidas ou, melhor dizendo, dois interesses distintos quando comparamos o papel que o ensino superior cumpre nos países desenvolvidos e o papel que deve cumprir nos países periféricos” (FREITAS, 2017, p. 36).

A partir desta observação, podemos afirmar que a educação é, um bem social e histórico constituído pela trajetória humana desde o princípio de seu desenvolvimento até os dias atuais. Contudo, está sendo negada a boa parte da população, para garantir os interesses financeiros de uma minoria que traça as rotas pela qual a sociedade deve caminhar.

6 É importante lembrar que os governos do Partido dos Trabalhadores, fez a maior expansão das universidades públicas e Institutos Federais, já ocorrida em toda nossa história.

É importante notar a relação fundamental entre educação, trabalho, dependência e desenvolvimento dos países e dos povos, e como as orientações do Banco Mundial vai contra essa relação em suas orientações políticas para educação nos países periféricos. Cardozo (2005) mostra essa contradição nas orientações do Banco Mundial ao apontar que: “[...] enquanto o Banco Mundial orienta os países periféricos a investirem em educação básica, os países ricos investem em educação superior e em pesquisa de ponta. Isto contribui para o aumento da dependência tecnológica entre países desenvolvidos e os chamados em desenvolvimento” (CARDOZO, 2005 apud FREITAS, 2017, p. 36-37).

Assim, não há como negar o poder de transformação inerente à educação. Como também, não se pode negar que as orientações políticas do Banco Mundial têm por finalidade a manutenção da estrutura social, política econômica e cultural na qual estamos inseridos. Podemos assim dizer, que a “pedagogia da deseducação” é um projeto educacional de classe e de controle social a partir da negação do direito a educação pública, gratuita e de qualidade.

No atual momento histórico, é impossível pensar na relação entre educação e trabalho sem pensar na transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, no sentido de superação e de libertação do trabalhador enquanto ser consciente de sua condição no mundo do trabalho.

Silva; Araújo; Magalhães (2016), refletindo sobre a importância da relação entre trabalho e educação na atualidade salienta que:

[...] isso significa que a relação entre trabalho e educação ou, mais especificamente, entre universidade e mundo do trabalho se constitui em uma temática fundamental para a compreensão da sociedade nesse período histórico marcado pelo desemprego e pela exigência crescente por ciência e tecnologia. (SILVA; Araújo; Magalhães 2016, p. 51)

É neste sentido, e neste contexto que se faz necessária a discussão, a análise, o questionamento e a reflexão do papel que a educação como mercadoria vem desempenhado na formação do trabalhador brasileiro.

No contexto atual de educação como mercadoria, e esta mercadoria sendo vendida ao conjunto da sociedade, mas direcionada de forma explícita a classe trabalhadora, com um discurso de constituição de capital humano, tornar-se urgente à necessidade de radicalização em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Sendo assim, estamos diante de uma necessidade histórica de constituição de uma educação que tenha como fundamento a emancipação do formando, ou seja, do trabalhador. Em outras palavras, uma educação que possibilite a transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Para constatar a necessidade concreta e urgente de uma educação emancipadora, é preciso nos atentar a uma frase de efeito moral e psicológico, que muito tem sido utilizada, contudo não condiz com a realidade. Estamos falando da frase, “a casa grande treme quando a favela vai à universidade”. O fato é que a favela não está indo na universidade. O que está ocorrendo é que, a favela está entrando em instituições de ensino superior privado, tendo acesso a uma educação que não passa de uma mercadoria, cuja sua essência é a promessa de constituição de um capital humano para os seus consumidores (alunos). No entanto, o próprio mercado de trabalho nos prova cotidianamente a ineficácia da educação mercadoria como ferramenta de potencialidades na constituição dos trabalhadores como seres que apresentam uma formação em sentido amplo. Vale destacar que, se a educação como mercadoria não está atendendo os requisitos do mercado. Muito menos tem cumprido com as necessidades de formação humana plena para a classe trabalhadora.

Considerações finais

Consideramos a educação como o principal elemento de transformação e de emancipação humana. Assim, este sentido de educação, seria a chave fundamental para o processo de transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual na sociedade brasileira, tendo como principal componente deste, a classe trabalhadora.

Neste sentido a educação como fundamento da transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, contribuiria para o surgimento de uma sociedade emancipada. Logo, uma sociedade cuja sua essência seria o pleno desenvolvimento de suas aptidões físicas e intelectuais em que o trabalho estaria para o homem como elemento de sua existência e de sua essência que é natural da natureza humana. É nesta intrínseca proposição, que se faz necessário e fundamental a relação entre educação, formação e transição do trabalho manual para o trabalho intelectual, pois, só assim, é possível pensar em uma sociedade emancipada que aponte para outro sentido civilizatório.

Pensando nessa relação entre universidade, formação e trabalho, no sentido pleno desta categoria, Silva; Araújo; Magalhães (2016), afirma que:

[...] as contribuições da universidade na formação de profissionais para o mundo do trabalho e na produção de ciência e tecnologia erguem-se como elemento fundamental nessa discussão sobre trabalho e educação. Nesse sentido, a atividade teleológica plasmada sobre o processo de trabalho diferencia o trabalho humano da atividade de todas as outras espécies. Subjacente a essa característica teleológica estrutura-se uma profunda articulação entre ideia e ação, entre o abstrato e o concreto, entre o pensado e o realizado, entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer; enfim, entre trabalho intelectual e trabalho manual (SILVA; ARAÚJO; MAGALHÃES 2016, p. 56).

Pensar na educação, e no seu papel histórico como ferramenta de transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, é no fundo, pensar em qual é o objetivo da educação, ou seja, qual é o propósito, a finalidade da educação na sociedade. Pensamos que o objetivo da educação deve ser sempre o de transformação da sociedade. Em outras palavras, a educação deve ter como objetivo final a emancipação humana. Isto significa que a educação deve ter como finalidade um projeto civilizatório.

Levando-se em consideração, o conceito de educação que este trabalho apresentou, tendo como período de análise, a primeira década e meia deste século, e, como objeto, a educação como ferramenta de transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, em um contexto de significativa expansão do ensino superior no Brasil, podemos afirmar que: a educação não cumpriu com o seu dever histórico, social, político e cultural.

Dessa forma, a educação, cumpriu apenas com o seu dever econômico. Consequentemente, temos um dever econômico que, não está relacionado aos interesses da sociedade como um todo, mas que se relaciona apenas com os interesses do capital em sua face neoliberal e como ferramenta de garantia, e de reserva de um setor do mercado de trabalho que, em um país de economia dependente, periférica e subordinada, é fundamental para garantir os meios de existência e de privilégios da classe que costumamos chamar de classe média e da elite do país.

A expansão do ensino superior neste início de século no Brasil, constituída no projeto expansionista de caráter dualista capturada pelo capital neoliberal, revelada em sua face privada, como uma mercadoria, e como tal, foi vendida e oferecida, não apenas pelas empresas educacionais, mas, pelos próprios governos, que não só permitiu, mas também financiou este mercado através de políticas públicas: oferecia a seus consumidores, o acúmulo de “capital humano”, e com ele, a real possibilidade de uma ascensão econômica na sociedade.

Essa promessa revelou-se uma ilusão. No entanto, é uma ilusão que ainda não foi percebida pelos “alunos-consumidores”. Neste sentido, a própria teoria de “capital humano” é uma falácia, Frigotto (2008). Portanto, a promessa de constituição de um “capital humano”, não pode concretizar-se.

A educação em forma de mercadoria é apenas um produto que não tem compromisso algum com a formação e o desenvolvimento intelectual do “aluno-consumidor”. Desta forma, o que o “aluno-consumidor” conquistou foi apenas um diploma e não uma formação. E o que o mercado de trabalho exige é uma formação acompanhada de um diploma, e não, um diploma sem formação. A educação como mercadoria está proporcionando de fato, neste momento histórico de desemprego estrutural no qual estamos inseridos é, a criação de um novo tipo de exército de reserva. Logo, a educação como mercadoria esta servin-

do como um processo seletivo que tem por finalidade oferecer um “atestado-diploma” de aptos a concorrerem pelas vagas de trabalho existente.

Desta forma, a educação no Brasil no início do século XXI não só, deixou de cumprir a sua função de fazer a transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Contudo, ao ser transformada em mercadoria, está cumprindo uma nova função a serviço do sistema capitalista. Este novo papel que está sendo desempenhado pela educação como mercadoria tem um caráter trágico para a sociedade como um todo, principalmente para a classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jorge; FURTADO, Magda. As reformas, a universidade e a resistência popular. In: *Universidade e Sociedade*, ano 27, n. 60. Brasília: ANDES-SN, 2017.

FERREIRA, Valdir. *Educação e Transformação Social*. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

FREITA, Luciana Costa. Ajuste estrutural e as contrarreformas no ensino superior brasileiro resultantes dos postulados neoliberais do Consenso de Washington. In: *Universidade e Sociedade*, ano 27, n. 60. Brasília: ANDES-SN, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos. *A Reforma Empresarial da Educação: nova direitas, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; QUEROIS, Felipe. PENNA, Fernando. (orgs). *Educação Democrática: antídoto ao Escola sem Partido*. Rio de Janeiro: URRJ/LLP, 2018.

NOVAES, Henrique Tahan. Fundamentos da Escola do Trabalho Emancipado: a contribuição dos pedagogos soviéticos. In: MACEDO, Rogerio Fernandes.; NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Paulo Alves (orgs). *Movimentos Sociais e Crises contemporâneas*, v. III. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

PALUDETO, Melina. A reforma do Ensino Médio e a destruição da escola pública. In: MACEDO, Rogerio Fernandes; NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Paulo Alves (orgs). *Movimentos Sociais e Crises contemporâneas*, v. III. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

PARO, Vitor. Henrique. *Professor: artesão ou operário?* São Paulo: Cortez, 2018.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. In: *Economia e Sociedade*, ano 2, n. 13. Campinas, 1999.

REBUÁ, Eduardo. A Educação Disputada: democracia e sentidos do público no Brasil hodierno entre o empresariamento e o (neo)conservadorismo. In: *Universidade e Sociedade*, ano 27, n. 60. Brasília: ANDES-SN, 2017.

SILVA, João Batista do Carmo; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; MAGALHÃES, Benedita Alcidema Coelho dos Santos. Universidade, trabalho e movimentos sociais: alternativas para a formação do trabalhador. In: *Universidade e Sociedade*, ano 26, n. 57. Brasília: ANDES-SN, 2016.

TONEGUTTI, Claudio Antônio. *Um breve panorama do ensino superior privado no Brasil*. In: *Universidade e Sociedade*, ano 27, n. 60. Brasília: ANDES-SN, 2017. ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1996.